

# Estratégias de formação e informação em cidadania europeia \*

Albino Lopes,\*\*

Luís Reto,\*\*\*

Francisco Nunes e\*\*\*\*

Paula Santos\*\*\*\*\*

A Comunidade Europeia é uma condicionante incontornável da nossa realidade do dia-a-dia, independentemente de nos posicionarmos perante este facto como federalistas convictos ou eurocépticos militantes, pelo que pensamos ser importante alargar o debate sobre a construção europeia a uma área até agora pouco explorada - o terreno da formação/informação sobre a CE. É esta problemática que iremos desenvolver neste artigo.

## Introdução

Os desafios que se colocam hoje à construção europeia continuam a ser os de sempre - os económicos e os de poder no interior da comunidade - aos quais acrescem, a partir de Maastricht, problemas de ordem cultural e política.

De facto, quando se avança para o terreno da cidadania europeia, a questão da CE deixa de ser um problema dos eurocratas para dizer respeito a todos os cidadãos. Os sobressaltos e dissabores que a ratificação do Tratado de Maastricht tem provocado são bem a prova disto. É que a cidadania pressupõe o desenvolvimento de uma segunda identidade, em coexistência com a identidade nacional. Ora, é bem conhecido que as questões da identidade nos remetem para dimensões que se prendem com a própria estabilidade emocional e afectiva dos sujeitos.

Colocado o problema desta forma, parece-nos pertinente situá-lo no quadro da Psicologia Social, uma vez que esta disciplina é a que tem procedido a um maior esforço no sentido da operacionalização dos conceitos de identidade e das representações sociais.

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: procede-se, em primeiro lugar, a uma breve caracterização dos conceitos de identidade e representação, apresentando-se em seguida os resultados de um inquérito a 122 sujeitos que incidiu sobre estas mesmas temáticas e, ainda, sobre o tipo de informação que os inquiridos detinham acerca da CE.

## 1- Identidade social

Os indivíduos tendem a desenvolver e a manter uma imagem positiva de si mesmos, imagem essa que é fundamental para a manutenção do seu equilíbrio mental. Esta pode ser enriquecida/desenvolvida através da actuação quer ao nível das características que definem a particularidade dos indivíduos - identidade individual - quer dos aspectos relacionados com a valorização dos grupos e categorias sociais nas quais os indivíduos se incluem - identidade social.

Em termos teóricos, são associadas aos grupos conotações positivas e negativas que tendem a

\* Este estudo integra-se num programa transnacional sobre formação em cidadania europeia denominado «Projecto Cidadão» e é financiado pelo programa comunitário Euroform. A empresa responsável em Portugal pelo programa é a SEMARTE, Consultoria e Serviços e a equipa que realizou este trabalho é composta pelos seguintes elementos: Albino Lopes, Luís Reto, Francisco Nunes e Paula Santos

\*\* Docente no ISCTE - Consultor da SEMARTE

\*\*\* Docente no ISCTE - Consultor da SEMARTE

\*\*\*\* Docente do ISCEM - Consultor da SEMARTE

\*\*\*\*\* Consultora da SEMARTE

ser partilhadas pelos seus membros e que ajudam à diferenciação com outros grupos. Os modelos da identidade social concebem-na como a parte do autoconceito do indivíduo que deriva do conhecimento das suas pertenças a grupos e categorias sociais. O indivíduo valoriza e atribui uma significação emocional a essas pertenças, servindo-se para isso das comparações que faz com outros grupos. A existência de uma categorização faz com que os membros de duas categorias desenvolvam comportamentos, avaliações e representações de discriminação recíproca. Essa discriminação pode desencadear, em determinados contextos, fenómenos do tipo «in group favouritism» ou seja, uma maior tendência para favorecer o «grupo próprio» em relação aos membros do «grupo outro». Para Tajfel (1971) a mera categorização determina comportamentos de «ingroup favouritism» se bem que outros autores tenham mostrado que, em certas condições, o efeito de uma valorização do grupo próprio possa ser condicionado por outros factores.

O reconhecimento da identidade pode ter várias consequências ao nível da pertença de grupo. O indivíduo tenderá a manter-se no grupo ou a procurar outros grupos, se estes contribuírem de algum modo para os aspectos positivos dessa identidade. Se um grupo não preenche este requisito, o indivíduo tenderá a abandoná-lo, salvo em situações que seja impossível fazê-lo por razões objectivas, ou que isso entre em conflito com valores importantes que fazem parte do núcleo central da sua auto-imagem. Nestes casos, o sujeito pode optar por mudar a interpretação pessoal dos atributos do grupo, reinterpretando as características indesejáveis para as tornar mais aceitáveis ou, ao contrário, aceitar a situação e empenhar-se numa acção de mudança a favor do grupo próprio. No primeiro caso estamos perante uma estratégia de mobilidade social e no segundo face a uma situação de ruptura com a ordem estabelecida que, nos casos mais extremos pode chegar a situações ditas revolucionárias.

Parece-nos interessante problematizar a noção de identidade europeia à luz destes conceitos. No caso vertente, se os resultados dos inquéritos de opinião apontarem para uma clara categorização dos indivíduos dos 12 países da CE como

cidadãos europeus, poder-se-á daqui inferir que a generalidade dos indivíduos interiorizou a pertença a este grupo (a CE). Permanece, no entanto, a questão de saber em que medida os indivíduos percebem essa pertença como um contributo positivo para o seu autoconceito ou se, pelo contrário, este novo grupo é visto como não relevante para a sua identidade ou mesmo como uma pertença negativa. No fundo o desafio que se coloca é o de perceber que dimensões da CE são pertinentes para que o cidadão europeu encontre nelas vantagens pessoais e grupais de modo a que estas se transformem em factores positivamente distintivos face a outros grupos relevantes, como sejam o seu próprio país, os EUA ou o Japão.

A criação de uma identidade supranacional não se revela uma tarefa fácil, uma vez que ela se confronta com uma ideia de identidade nacional fortemente arraigada em cada sujeito através de um processo de socialização precoce. Estamos perante um percurso que se assemelha, de algum modo, ao esforço necessário para passar de uma lógica étnica para uma lógica de nação. Este processo pode, se não for acompanhado de elementos securizantes, gerar nos indivíduos fortes reacções emocionais, uma vez que é vivenciado como potencial destruidor da identidade nacional. Neste sentido, o grande desafio que se coloca à CE é de ser capaz de aparecer perante os cidadãos dos diferentes países como um projecto sem o qual os interesses vitais de cada país não poderão ter uma concretização. Na linguagem da psicologia social é habitual denominar esta solução por «objectivos supra-ordenados» e, na linguagem de um dos pais fundadores da CE (Jean Monnet, 1976) «considerar o enunciado do problema (CE) no seu conjunto e à luz do interesse geral».

Neste contexto, parece pertinente pensar a política de comunicação da CE a partir das seguintes questões: em que medida os indivíduos referem, espontaneamente, a CE como um dos seus grupos de pertença; qual o valor que os indivíduos atribuem a essa pertença, ou seja, qual a sua contribuição para a auto-estima dos indivíduos; em que medida é possível segmentar os cidadãos da CE em subgrupos homogéneos quanto a estas questões, de forma a estabelecer um nível aceitável de comunicação.

## 2. Representações sociais

A construção da identidade social assenta no entendimento que os indivíduos desenvolvem sobre os grupos a que pertencem, o que se traduz por um conjunto de conhecimentos mais ou menos estruturados sobre essas realidades. No quadro teórico em que nos temos situado, o conceito de representação social parece recobrir satisfatoriamente este campo.

Podemos conceber uma representação social como «o produto e o processo através do qual os indivíduos ou os grupos constroem a realidade com a qual se confrontam, atribuindo-lhe uma significação e comportando-se em consonância». Trata-se, de facto, de uma visão do mundo que tende a ser diferenciada de acordo com os grupos sociais de pertença e que possibilita compreender os acontecimentos que ocorrem no contexto social dos indivíduos e ainda atribuir uma significação aos seus comportamentos.

Neste sentido, podemos caracterizar o conceito de representação social através das seguintes dimensões:

- constituem um sistema de interpretação da realidade;
- representam um conjunto de expectativas sobre certos acontecimentos;
- constituem as bases para a categorização da informação e dos acontecimentos;
- proporcionam uma base de entendimento comum que facilita a comunicação e o relacionamento interpessoal.

O conteúdo das representações são as informações, crenças, estereótipos e pressupostos sobre uma determinada realidade valorizada socialmente no interior de um grupo. Para além disto, estes conteúdos são estruturados na medida em que há elementos mais centrais e estáveis do que outros, sendo que os primeiros condicionam as significações a atribuir aos segundos.

Esta noção parece particularmente adequada para conhecer a concepção que os «leigos» sobre a CE desenvolveram sobre esta entidade, já que, quase

quotidianamente, são expostos a informação sobre a comunidade que pode ser mais ou menos correcta, mais ou menos rica. Se é verdade que as representações condicionam a recepção e interpretação da informação que os indivíduos recebem, o conhecimento do seu conteúdo e da sua estrutura em determinados grupos sociais, torna-se essencial se pretendermos introduzir alterações nessas representações. Por outro lado, o facto de se considerar que uma representação particular tem uma componente mais central, indicamos que embora as crenças superficiais possam mudar, a significação central da representação pode permanecer a mesma. Residiria aqui a grande dificuldade da eficácia da comunicação persuasiva.

O estudo da representação que cada grupo de cidadãos desenvolveu acerca da CE revela-se, pois, uma tarefa básica para todas as entidades que pretendam criar estratégias de comunicação eficazes sobre esta temática. De acordo com o que temos vindo a referir, é de esperar que estas estratégias sejam diversas nos vários grupos-alvo, podendo mesmo acontecer que embora os diferentes grupos tenham pontos de contacto nos elementos periféricos da representação, se distingam porém quanto aos factores centrais, o que condicionaria toda a interpretação da informação a receber, bem como as suas posturas face a decisões concretas da comunidade.

Embora do ponto de vista teórico esta noção pareça relativamente simples, o seu estudo não é uma tarefa fácil na medida em que obriga a um esforço sistemático de recolha e tratamento de informação de natureza qualitativa. Temos por isso a noção de que o presente estudo é apenas uma pequena contribuição para lançar alguma luz sobre esta realidade complexa que são as representações sociais da CE.

## 3. Trabalho de campo

Alguns dos problemas anteriormente colocados foram objecto de um estudo de carácter exploratório cujos resultados se apresentam de seguida. Trata-se, de facto, do início de uma pesquisa que se pretende desenvolver continuamente de forma a contribuir para aprofundar

a discussão sobre a temática da cidadania europeia.

O estudo consistiu na realização de um inquérito junto de 122 indivíduos de nacionalidade portuguesa. Foram considerados quatro grupos distintos: administrativos, quadros superiores, professores e estudantes (tabela 1). Do total de inquiridos, 63.1% eram do sexo feminino e 36.9% do masculino. A sua idade média era de 36.5 anos (= 13.1) tendo o mais jovem 18 anos e o mais idoso 67.

**Tabela 1. Caracterização da amostra de acordo com a actividade profissional**

	Frequência	Percentagem
Administrativo	30	24.6
Quadro Superior	30	24.6
Professor	31	25.5
Estudante	31	25.5
Total	122	100.0

Quanto à escolaridade, pode verificar-se na tabela 2 que os indivíduos integrados nos quatro grupos considerados, possuem níveis escolares claramente distintos (a escolaridade expressa-se através da média de anos).

**Tabela 2. Caracterização da amostra de acordo com a escolaridade e profissão**

	Média
Administrativo	9.2
Quadro Superior	16.5
Professor	14.9
Estudante	11.7

O questionário utilizado visava recolher informação sobre as duas dimensões anteriormente discutidas - identidade e representações sociais - e ainda, ver qual o grau de informação sobre a CE que os sujeitos pensavam possuir.

## 4. Apresentação de resultados

### 4.1. A CE enquanto grupo de pertença: o problema da identidade europeia

Com o objectivo de estudar o posicionamento dos inquiridos face à CE, desenvolveu-se um conjunto de questões relacionadas com possíveis modalidades de adesão. Os resultados obtidos encontram-se na tabela 3.

De acordo com a nossa hipótese de partida, a adesão dos inquiridos à CE conteria duas dimensões: uma mais afectiva, que levaria os indivíduos, por exemplo, a sentirem orgulho pelo facto de pertencerem à CE; outra mais instrumental, que estaria relacionada com as vantagens de pertencer à CE. Submetidos os dados a uma análise de componentes principais constata-se que os itens considerados se organizam apenas num factor, o que significa que, pelo menos actualmente, os indivíduos inquiridos apresentam uma noção uniforme da sua ligação à CE, integrando factores de ordem instrumental e afectiva.

**Tabela 3. Identidade europeia nos quatro grupos profissionais**

ITENS	Administ.	Quadros	Professor	Estudante	Total	F	P
Sinto orgulho por ser cidadão da CE	2.89	3.21	3.61	3.90	3.42	3.054	<b>.031</b>
Vejo utilidade em pertencer à CE	3.63	4.00	3.74	4.13	3.88	.822	.484
Considero importantes os valores que levaram à criação da CE	3.69	4.57	4.16	4.63	4.27	3.052	<b>.018</b>
Identifico-me com os objectivos da CE	2.79	3.30	3.42	3.33	3.22	1.298	.278
É para mim importante ser cidadão da CE	2.90	3.27	3.61	3.53	3.33	1.838	.144
Se necessários o meu país deve fazer alguns sacrifícios para viabilizar a CE	2.34	3.30	2.90	3.37	2.98	3.537	<b>.017</b>
Para os portugueses é vantajoso pertencer à CE	3.34	4.03	3.61	3.97	3.74	1.362	.258
Sinto que faço parte de uma comunidade de países (CE) que vai ser líder no mundo	2.93	3.07	3.39	3.80	3.30	2.265	.085
Se estiver em contacto com estrangeiros gosto de afirmar que sou cidadão da CE	2.83	2.33	3.65	3.13	2.99	4.577	<b>.005</b>
Penso que o facto de pertencer à CE influencia a minha vida	2.28	3.37	3.55	3.20	3.11	4.296	<b>.007</b>

Utilizou-se uma escala de 6 pontos em que 1= discordo completamente e 6= concordo completamente. Os valores apresentados são médias aritméticas.

Da análise das médias totais (tabela 3) verifica-se que na maior parte das questões os indivíduos se situam em torno ou abaixo do ponto médio. Apenas a questão relacionada com os valores que levaram à criação da CE recebeu um grau de acordo mais elevado ( $M=4.27$ ). Em seguida, em termos de importância, surgem dois itens que podem ser considerados da mesma ordem, ou seja, remetem para o valor instrumental da CE: a utilidade da CE ( $M=3.88$ ) e a vantagem para os portugueses de pertencerem à CE ( $M=3.74$ ).

A análise da mesma tabela permite, por outro lado, observar que os vários grupos considerados se situam diversamente face a alguns dos itens, o que significa que o trabalho a realizar com cada um deles deverá incidir sobre problemáticas específicas. Concretamente, os indivíduos que integram os vários grupos não afirmam sentir o mesmo orgulho por pertencerem à CE. Por outro lado, os administrativos distin-

guem-se significativamente dos estudantes por darem menos importância aos valores que levaram à criação da CE e por legitimar com maior dificuldade o facto de Portugal ter que fazer alguns sacrifícios para a viabilizar. Os quadros superiores manifestam-se menos disponíveis do que os professores para, face a estrangeiros, afirmarem a sua identidade europeia. Os administrativos distinguem-se significativamente dos professores por sentirem menos a influência da pertença à CE sobre as suas vidas.

Em termos gerais, o grau de acordo com a existência de CE pode considerar-se ligeiramente positivo na amostra observada na medida em que a média atinge apenas o valor de 4.23 (tabela 4). No caso específico do acordo com a existência da CE, há um efeito significativo do grupo profissional, sendo o grupo dos administrativos os que apresentam uma concordância menos acentuada.

**Tabela 4. Acordo com a existência da CE e pertença de Portugal**

ITENS	Administ.	Quadros	Professor	Estudante	Total	F	P
Acordo com a existência da CE	3.69	4.47	4.06	4.63	4.23	3.126	<b>.028</b>
Acordo com Portugal ser membro da CE	3.67	4.40	4.13	4.43	4.18	1.893	.13

Utilizou-se uma escala de 6 pontos em que 1 = discordo completamente e 6= concordo completamente. Os valores apresentados são médias aritméticas

## 4.2. A representação da CE

Tal como anteriormente referido, as representações dos diferentes países encontram-se relacionadas com a identidade nacional. Com efeito, é de esperar que os sujeitos possuam representações diferentes do seu grupo de pertença daquelas que desenvolveram a respeito de outros grupos a que não pertencem. Se o grupo de pertença lhes proporcionar uma identidade positiva, espera-se que os indivíduos manifestem uma imagem do seu grupo mais favorecida quando o comparam com outros grupos salientes. Neste trabalho utilizaram-se como «grupos outros» para posicionar os sujeitos, o Japão e os EUA. Com esse objectivo, pediu-se aos inquiridos que, de um conjunto de possíveis atributos, assinalassem aqueles que, de algum modo, associavam a cada uma das três grandes entidades de referência actuais (CE, Japão e EUA). Os resultados obtidos constam da tabela 5.

(65.5) e isolacionismo (56.6). Os EUA são descritos por: violência (94.3), desenvolvimento científico (71.3) e poluição (52.5). À CE associa-se cultura (79.5), beleza (73.8), democracia (62.3), liberdade (59.0), diversidade (58.2), justiça social (56.6), qualidade de vida (52.5) e segurança social (50.8).

A observação destes resultados permite constatar, ainda, que os descritores com um peso de mais de 50% utilizados para cada uma das entidades nunca se repetem. Este resultado significa que a representação dos inquiridos sobre o Japão, CE e EUA é claramente diferenciada. Concretamente, ao Japão associam-se descritores quase exclusivamente de ordem económica. Os EUA são vistos simultaneamente de forma negativa - violência e poluição - e de forma positiva - desenvolvimento científico. No caso da CE é de salientar dois factos: por um lado a utilização de um conjunto mais vasto de descritores (em com-

Tabela 5. Diferenciação entre a CE, Japão e EUA

	Japão	CE	EUA
Segurança	41 (33.6)	51 (41.8)	7 (5.7)
Liberdade	10 (8.2)	72 (59.0)	60 (49.2)
Igualdade	13 (10.7)	58 (47.5)	24 (19.7)
Prosperidade	88 (72.1)	21 (17.2)	21 (17.2)
Democracia	11 (9.0)	76 (62.3)	48 (39.3)
Estabilidade Política	39 (32.0)	37 (30.3)	41 (33.6)
Violência	6 (4.9)	13 (10.7)	115 (94.3)
Dinamismo	92 (75.4)	19 (15.6)	24 (19.7)
Beleza	27 (22.1)	90 (73.8)	17 (13.9)
Diversidade	8 (6.6)	71 (58.2)	43 (35.2)
Cultura	36 (29.5)	97 (79.5)	14 (11.5)
Poluição	44 (36.1)	35 (28.7)	64 (52.5)
Riqueza	80 (65.5)	15 (12.3)	44 (36.1)
Justiça Social	10 (8.2)	69 (56.6)	16 (13.1)
Desenvolvimento Científico	54 (44.3)	8 (6.6)	87 (71.3)
Isolacionismo	69 (56.6)	7 (5.7)	6 (4.9)
Segurança social	24 (19.7)	62 (50.8)	23 (18.9)
Desenvolvimento Económico	97 (79.5)	20 (16.4)	39 (32.0)
Qualidade de vida	28 (23.0)	64 (52.5)	29 (23.8)

Nota: O primeiro valor diz respeito ao número de referências, o valor entre parentesis à percentagem de referências em relação ao total de sujeitos.

Tal como se pode observar na tabela 6, e salientando apenas para cada entidade, os descritores referidos por mais de 50% dos sujeitos, ao Japão associa-se: desenvolvimento económico (79.5), dinamismo (75.4), prosperidade (72.1), riqueza

paração com os casos do Japão e dos EUA) o que significa que existe uma noção mais complexa da CE, provavelmente devido à proximidade dos respondentes face a esta realidade. Por outro lado, a natureza dos descritores remete para um uni-

**Tabela 6. Representação da CE. Categorias mais referidas**

<b>Categorias</b>	<b>Frequências</b>
Valores (democracia, justiça solidariedade, segurança, tolerância, estabilidade, fraternidade, direitos humanos, etc.)	156
Dinâmica de desenvolvimento (inovação, dinamismo, expansão, progresso, evolução, motivação, comércio livre, etc.)	113
Comunidade (unidade, cooperação entre países, conjunto, coesão, objectivos comuns, etc.)	57
Crise sociocultural (perda de identidade, desigualdade entre cidadãos, xenofobia, violência, etc.)	47
Economia (abertura económica, concorrência, mercado único, regras económicas, etc.)	32
Crise económica (recessão, desemprego, inflação, etc.)	31
Sistema monetário (SME, ECU, UEM, etc.)	29
Políticas (política comum, PAC, defesa comum, etc.)	24
Tratados (CECA, Tratado de Roma, Acto Único, Tratado de Maastricht)	22
Qualidade de vida (menos violência, combate à pobreza, melhor ambiente)	19
Fundos comunitários (FEDER, FEOGA, FSE)	18
Figuras proeminentes (Jacques Delors, Jean Monet, Robert Schuman)	17
Bloqueios (burocracia, centralização da informação, centralização do poder, etc.)	14
Instituições comunitárias (Comissão Europeia, Bruxelas, Parlamento Europeu, Estrasburgo, CCB, etc.)	13

verso em que predominam os valores e as componentes sociais o que pode ser considerado francamente positivo.

Com o objectivo de estudar o conteúdo e a organização da representação da CE na amostra estudada, pediu-se aos inquiridos que listassem todas as ideias que associavam a Comunidade Europeia. Esta questão permitiu obter um total de 649 palavras. Estas foram submetidas a uma análise de conteúdo temática que possibilitou reduzir o número de palavras a 20 categorias. A tabela 6 contém as categorias mais referidas (acima de 10 referências), e alguns exemplos das ideias categorizadas em cada uma.

Da análise dos resultados constantes na tabela 6, verifica-se que os valores e a dinâmica de desenvolvimento surgem destacados enquanto categorias mais frequentes na representação da CE, o que parece ser um resultado francamente positivo. A noção de crise, seja ela de natureza socio-

cultural (47 referências) ou económica (31), merece igualmente algum destaque.

Com o objectivo de analisar a organização dos elementos da representação da CE no grupo da amostra, as categorias utilizadas foram submetidas a análise factorial de correspondências cujos resultados se apresentam na tabela 7. Obteve-se, através de uma solução a três factores, uma explicação de 42% da variância total.

**Tabela 7. Análise de correspondências da representação social da CE****Histograma dos 3 primeiros valores próprios**

<b>Número</b>	<b>Valor Próprio</b>	<b>Percent.</b>	<b>Percent. Acumul.</b>
1	.5007	15.75	15.75
2	.4933	15.52	31.27
3	.3403	10.70	41.98

Coordenadas e contribuições das colunas

Nomes	Massas			Coordenadas			Contribuições Absolutas				Contribuições Relativas								
Bloqueios	.024	13.24	-.16	-.09	3.37	.00	.00	.00	.1	.0	78.9	.0	.0	.00	.00	.86	.00	.00	.00
Comunidade	.096	2.35	.32	-.57	.26	.00	.00	.00	2.0	6.3	1.9	.0	.0	.04	.14	.03	.00	.00	.00
Crise Econ.	.052	5.54	-1.11	.62	-.52	.00	.00	.00	12.8	4.1	4.1	.0	.0	.22	.07	.05	.00	.00	.00
Crise Sócio. Cult.	.079	5.09	-2.06	.23	-.03	.00	.00	.00	67.3	.9	.0	.0	.0	.83	.01	.00	.00	.00	.00
Dinâmica D.	.191	1.07	.13	-.42	-.06	.00	.00	.00	.7	6.7	.2	.0	.0	.02	.16	.00	.00	.00	.00
Economia	.054	3.16	-.21	-.37	.21	.00	.00	.00	.5	1.5	.7	.0	.0	.01	.04	.01	.00	.00	.00
Figuras Proem.	.029	7.88	.33	1.45	-.59	.00	.00	.00	.6	12.2	2.9	.0	.0	.01	.27	.04	.00	.00	.00
Fundos Com.	.030	4.42	.54	1.12	.34	.00	.00	.00	1.7	7.7	1.0	.0	.0	.06	.28	.03	.00	.00	.00
Instituições	0.22	11.59	.95	1.84	-.16	.00	.00	.00	3.9	15.1	.2	.0	.0	.08	.29	.00	.00	.00	.00
Políticas	0.41	3.43	.25	.78	.15	.00	.00	.00	.5	5.0	.3	.0	.0	.02	.18	.01	.00	.00	.00
Qualidade Vida	.032	8.30	-.06	-.75	.34	.00	.00	.00	.0	3.6	1.1	.0	.0	.00	.07	.01	.00	.00	.00
Sistema Monet.	0.49	3.37	.49	1.09	.12	.00	.00	.00	2.4	11.7	.2	.0	.0	.07	.35	.00	.00	.00	.00
Tratados	.037	4.08	.60	1.32	-.03	.00	.00	.00	2.7	13.2	.0	.0	.0	.09	.43	.00	.00	.00	.00
Valores	.264	.86	.30	-.47	-.33	.00	.00	.00	4.7	12.0	8.5	.0	.0	.10	.25	.12	.00	.00	.00

A noção de crise, com especial relevo para os problemas de natureza sócio-cultural, é a primeira dimensão estruturante da representação da CE. A segunda dimensão é um pouco mais complexa na medida em que contém num pólo os **valores de base da CE** e, no outro, os **elementos de concretização** destes mesmos valores (instituições, tratados, figuras proeminentes, sistema monetário). A terceira dimensão é, quase exclusivamente, determinada pela noção de bloqueio, que se opõe aos valores de base da CE.

A análise dos dados em função dos grupos profissionais considerados mostra que a representa-

ção da CE não é homogénea uma vez que se apresenta diferente tanto ao nível dos conteúdos como da sua organização. Na tabela 8 encontramos as categorias mais referidas pelos vários grupos.

Os resultados da referida tabela mostram que todos os grupos profissionais considerados apresentam os **valores** como a ideia de referência. A **dinâmica de desenvolvimento** ocupa o segundo lugar em todos os grupos, exceptuando os administrativos, que colocam neste lugar a crise sócio-cultural. Este grupo distingue-se, ainda, pelo número de referências à **qualidade de vida** que não chega a ser referida com uma frequência superior a 2 pelos

Tabela 8. Categorias mais referidas pelos quatro grupos profissionais

Administrativos		Quadros		Professores		Estudantes	
Categorias	f	Categorias	f	Categorias	f	Categorias	f
Valores	23	Valores	39	Valores	58	Valores	36
Crise sócio-cultural	15	Dinâm. desenvol.	37	Dinâm. desenvol.	30	Dinâm. desenvol.	35
Dinâm. desenvol.	12	Comunidade	23	Comunidade	15	Sistema monetário	18
Qualidade de vida	10	Crise sócio-cultural	22	Crise económica	13	Comunidade	14
Economia	7	Economia	11	Economia	12	Instit. comunitárias	13
Crise económica	6	Crise económica	10	Figuras proeminentes	11	Fundos comunit.	12
Comunidade	5	Bloqueios	8	Crise sócio-cultural	7	Políticas	11
Bloqueios	3	Lid. dos poderosos	7	Políticas	6	Tratados	11
Defesa ambiental	3	Qualidade de vida	7	Tratados	6	Fig. proeminentes	5
		Políticas	6	Instit. comunitárias	5	Conflitualidade	5
		Sistema monetário	5	Sistema monetário	4	Crise sócio-cultural	3
		Fundos comunitários	3			Bloqueios	3
		Defesa ambiental	3				
		Ideal federalista	3				
		Tratados	3				

professores e estudantes. É de assinalar, no grupo dos quadros, as 7 referências à liderança dos países poderosos (França, Alemanha, Inglaterra). A par dos professores e estudantes, os quadros associam de forma destacada a CE a ideias que remetem para o conceito de comunidade.

Quanto à estrutura da representação, a análise de correspondências mostra que os vários grupos desenvolveram organizações algo distintas do significado da CE.

No grupo dos administrativos, obteve-se uma solução a três factores que explicam 64.6%. As ideias de **bloqueio e de crise sócio-cultural** são fortemente estruturantes na medida em que contribuem para a primeira dimensão, que contém os **valores** no polo oposto e determinam quase exclusivamente o segundo factor. O terceiro factor integra os **valores defesa do ambiente e qualidade de vida**.

A representação da CE por parte dos quadros pode ser analisada através de três factores que explicam 49.2% da variância total. O primeiro factor contém a contradição básica entre as crises **sócio-cultural e económica**, e os **valores** nos quais assenta a CE. O segundo factor opõe a crise **sócio-cultural** e a **liderança dos países mais fortes** às características instrumentais da comunidade, como sejam os **bloqueios, os tratados e os fundos comunitários**. Finalmente, o terceiro factor é quase exclusivamente explicado pela noção de **comunidade**, de articulação e agregação entre elementos.

A representação da CE por parte dos professores, parece estruturar-se em torno de três factores (responsáveis por 64.1% da variância). O primeiro factor refere-se à contradição entre a noção de **comunidade** e os seus **valores** subjacentes e os mecanismos criados para a concretização da

CE, tais como as **instituições e os tratados**. O segundo factor contém a dicotomia básica entre a crise económica e a **dinâmica de desenvolvimento**. O terceiro factor é quase exclusivamente explicado pela ideia de crise sócio-cultural.

Quanto ao grupo dos estudantes, obteve-se uma solução com três factores, responsáveis no seu conjunto por 56.3% da variância total. O primeiro factor remete para a contradição que temos vindo a assinalar entre os **valores e a crise sócio-cultural**, com a novidade de este grupo referir significativamente a noção de **conflitualidade**. O segundo factor retoma a **crise sócio-cultural** e a **conflitualidade**, opondo estes elementos às **instituições, sistema monetário e tratados**. O terceiro factor remete-nos para a contradição entre os **bloqueios e a dinâmica de desenvolvimento**.

### 4.3. A informação sobre a CE e a disponibilidade para formação

Neste ponto, tratou-se de analisar, por um lado, o grau de informação sobre a CE que os inquiridos afirmam deter e, por outro, a sua disponibilidade para frequentar cursos de formação profissional sobre esta temática.

De uma maneira geral, os indivíduos da amostra consideram-se pouco informados, dado que, quando questionados sobre esta matéria, se obteve uma média de 3.19 num máximo de 6. Tal como se pode constatar na tabela 6, há um efeito significativo do grupo profissional nesta média, salientando-se o grupo dos administrativos pelo valor médio mais baixo (2.78).

Com o objectivo de identificar áreas específicas de falta de informação, desenvolvemos um conjunto de 21 questões que recobre uma boa parte dos

Tabela 9. Grau de informação sobre a CE

ITENS	Administ.	Quadros	Professor	Estudante	Total	F	P
Informação geral sobre a CE	2.78	3.13	3.40	3.40	3.19	2.86	.04

Utilizou-se uma escala de 6 pontos em que 1= discordo completamente e 6 = concordo completamente. Os valores apresentados são médias aritméticas.

domínios da informação sobre a CE mais vulgarizados. A tabela 10 contém os resultados das respostas a estes itens, em função dos mesmos grupos.

Analisando os dados por grupo, constata-se que existe diferença significativa na percepção do grau de conhecimento nos seguintes domínios:

**Tabela 10. Grau de informação em vários domínios de conhecimento sobre a CE**

ITENS	Administ.	Quadros	Professor	Estudante	Total	F	P
Livre circulação e fixação de pessoas em qualquer país da CE	4.10	3.73	4.45	4.17	4.12	1.650	.182
Livre circulação de capitais em qualquer país da CE	3.48	3.50	3.61	3.73	3.58	.218	.884
Exercício dos direitos de voto em qualquer país da CE	2.77	3.20	3.06	3.17	3.05	.609	.611
Livre circulação de mercadorias e bens no espaço comunitário	3.70	3.67	3.87	4.30	3.88	1.453	.231
Política agrícola comum	2.31	3.07	3.35	2.93	2.93	2.797	<b>.043</b>
Política de defesa comum	2.52	2.57	3.13	2.73	2.74	1.417	.241
Coesão económica e social	2.55	2.97	3.16	2.87	2.89	1.132	.399
Política externa comum	2.14	2.60	3.55	2.77	2.78	7.469	<b>.000</b>
Direito de apelo a instâncias judiciais comunitárias	2.48	2.73	3.29	2.33	2.72	2.953	<b>.036</b>
Correspond. de diplomas e qualificações profiss. na comunidade	2.41	2.87	3.10	2.70	2.78	1.271	.288
Carta social europeia (direitos e deveres dos trabalhadores na CE)	2.31	2.83	2.90	2.87	2.73	1.120	.344
História da CE	3.17	3.60	3.65	3.53	3.49	.753	.522
Política cultural da CE	2.59	2.60	3.32	2.67	2.80	2.537	.060
Política de ambiente da CE	2.59	2.80	3.42	2.73	2.89	2.755	<b>.046</b>
Acordos de cooperação da CE com outros países	2.47	2.33	3.06	3.07	2.74	3.213	<b>.026</b>
Política comercial da CE	2.53	2.53	3.03	2.87	2.74	1.097	.356
Política de pescas da CE	2.34	2.43	2.74	2.57	2.53	.571	.635
Política de energia da CE	2.31	2.27	2.77	2.33	2.42	1.174	.323
Direitos e deveres inerentes à cidadania europeia	2.60	2.60	3.39	2.90	2.88	3.008	<b>.033</b>
Características sociais e culturais dos vários países da CE	2.90	3.17	3.70	3.07	3.21	2.273	.084
Dados socioeconómicos dos vários países da CE	2.62	3.03	3.32	2.90	2.98	1.581	.198

Utilizou-se uma escala de 6 pontos em que 1 = nada informado e 6 = muito informado.

Os valores apresentados são médias

Da análise desta tabela ressalta que os inquiridos apenas se sentem razoavelmente informados sobre a **livre circulação e fixação de pessoas** em qualquer país da CE (M= 4.12). Outros aspectos relacionados com a livre circulação, nomeadamente de mercadorias e bens (M=3.88) e de capitais (M=3.58), constituem os temas sobre os quais os indivíduos referem em seguida ter mais informação. Merecem ainda destaque, se bem que com níveis mais próximos do 3, a história da CE (M=3.49) e as características sociais e culturais dos vários países da CE (M=3.21). A percepção do conhecimento das restantes matérias não atinge sequer o nível 3, numa escala de 6.

política agrícola comum, política externa comum, direito de apelo a instâncias judiciais comunitárias, política de ambiente da CE, acordos de cooperação da CE com terceiros e direitos e deveres inerentes à cidadania europeia.

No sentido de avaliar potenciais associações entre a quantidade de informação que os respondentes afirmam possuir sobre a CE e o grau de adesão à mesma, procedeu-se à criação de dois indicadores: a quantidade de informação sobre a CE (média aritmética dos 21 itens relativos a este domínio) e grau de adesão à CE (média aritmética dos 10 itens relativos à identidade). Em seguida correlacionaram-se estes indicadores.

O resultado deste procedimento mostra que há uma relação fraca ( $r=.26$ ) embora significativa ( $p=.003$ ) entre a quantidade de informação e o grau de adesão à CE. Este resultado é concordante com a nossa hipótese de que embora se constate uma tendência de associação entre estas duas variáveis, a informação sobre a CE não parece suficiente para o desenvolvimento de uma identidade positiva.

Perante tais resultados poderemos inferir que a identidade social positiva não se constrói somente a partir da quantidade de informação que o indivíduo possui sobre um dado grupo, intervindo igualmente neste processo factores de natureza estratégica, valorativa e afectiva. Este facto deve ser tomado em consideração em qualquer estratégia de comunicação acerca da CE, para não reduzir aquela a uma mera transmissão de informação factual (estatísticas, programas, instituições comunitárias, etc.).

Para além do problema da informação sobre a CE, tínhamos como objectivo, através deste questionário, obter alguns dados sobre a disponibilidade para receber formação sobre a CE por parte dos inquiridos, assim como referenciar as modalidades preferenciais de obtenção da mesma.

Deste modo, quando questionados sobre a disponibilidade para frequentar um curso de formação sobre a temática da Comunidade Europeia, 50.8% dos indivíduos afirma estar disponível, 42.5% talvez esteja disponível e 6.6% não está disponível. Estes resultados parecem-nos francamente positivos em face da problemática de criação de uma identidade europeia.

Analísámos ainda esta variável em função dos quatro grupos profissionais definidos. Os resultados apontam para a existência de diferenças significativas ( $C=.31$ ;  $p=.04$ ) entre os grupos. Os técnicos superiores (20 sujeitos) são os inquiridos que mostram maior disponibilidade para receber formação, seguindo-se-lhes os administrativos (15 sujeitos), os professores (14 sujeitos) e finalmente os estudantes (13 sujeitos).

Sobre as modalidades de frequência dos cursos de formação as questões foram colocadas a três níveis: um sobre o tipo de aprofundamento da informação (curso de sensibilização/curso de aprofundamento), outro relativo ao horário (no período de trabalho ou fora dele) e terceiro quanto à condição de pagamento da formação (gratuito/subsidiado/pago pelo próprio). Os estudantes não respondiam a esta questão. Na tabela 11 mostram-se os resultados obtidos.

Tabela 11. Modalidades de frequência de cursos de formação sobre a CE

ITENS	Administrativos frequências	Quadros frequências	Professores frequências	Estudantes frequências	Total f/ %
<b>Curso de sensibilização:</b>					
<b>No local de trabalho</b>					
Gratuito	16	16	18	0	50 (43.8%)
Subsidiado	4	3	9	0	16 (14.0%)
Pago por si	1	0	0	0	1 (0.8%)
<b>Pós-laboral</b>					
Subsidiado	1	10	3	0	14 (12.3%)
Pago por si	4	9	0	0	13 (11.4%)
Gratuito	4	9	0	0	13 (11.4%)
<b>Curso de aprofundamento:</b>					
<b>No local de trabalho</b>					
Gratuito	15	15	12	0	42 (36.8%)
Subsidiado	15	15	12	0	42 (36.8%)
Pago por si	0	0	1	0	1 (0.8%)
<b>Pós-laboral</b>					
Subsidiado	2	12	3	0	17 (14.9%)
Gratuito	5	9	1	0	15 (13.2%)
Pago por si	1	1	1	0	3 (2.6%)

Da análise da tabela anterior pode verificar-se que a modalidade preferida para a frequência, um curso de sensibilização sobre a CE é o local de trabalho e com carácter gratuito (43.8%). No caso de um curso de aprofundamento, continua-se a privilegiar o local de trabalho, podendo o curso ser gratuito ou subsidiado (ambas com 36.8%).

## 5. Discussão dos resultados e sugestões

Assumindo claramente o carácter exploratório do presente estudo, parece-nos contudo que os dados obtidos permitem tecer algumas considerações para o âmbito restrito do universo estudado. De facto, a amostra não contempla os grupos profissionais que presentemente são dos mais perdidos face a algumas políticas comunitárias (agricultores e pequenos industriais), e tem o seu âmbito regional limitado à zona da Grande Lisboa.

Tendo em conta estes condicionalismos os resultados permitem concluir que a identidade europeia é unidimensional uma vez que integra, sem diferenciação, dimensões afectivas e instrumentais. Por outro lado, os sujeitos posicionam-se de forma praticamente neutra face à CE. Esta constatação geral está sujeita a algumas nuances nos vários grupos considerados. O grupo dos administrativos é aquele que revela uma postura menos positiva face à CE e também o que menos privilegia os valores associados à sua construção. No entanto, apesar desta neutralidade que os dados revelam em termos gerais, a CE é valorizada positivamente quando confrontada com outros dois grandes blocos económicos mundiais: o Japão e os EUA. De facto, a CE não só é percebida de forma mais diferenciada (o que será normal dada a proximidade), como é também muito mais valorizada positivamente pela sua dimensão social, cultural e política, o que pode ser constatado pela análise de conteúdo às associações dos indivíduos a cada um dos blocos económicos.

No que diz respeito à representação que os indivíduos desenvolveram sobre a CE, a análise de correspondências sugere que esta se estrutura em três grandes dimensões: crise sócio-cultural e económica, valores *versus* estrutura legal e valores *versus* bloqueios. Estes resultados não são uniformes nos diferentes grupos sendo que os administrativos estruturam preferencialmente a

sua representação em torno das seguintes temáticas: bloqueios, crise, defesa do ambiente e qualidade de vida; os quadros em torno das ideias de comunidade, crise sócio-cultural e valores; para os estudantes parece ser determinante a conflitualidade, a crise sócio-cultural e o sistema monetário; no grupo dos professores destacam-se a crise sociocultural, as figuras proeminentes, as instituições comunitárias e os tratados.

Quanto à informação, pode afirmar-se que a generalidade dos inquiridos se considera pouco informada sobre as principais temáticas comunitárias, à excepção da livre circulação de pessoas no interior da comunidade. É curioso notar que os quadros, sendo o grupo que afirma possuir mais informação, é igualmente aquele que revela mais disponibilidade para receber formação sobre a CE. A este propósito, todos os grupos demonstram uma razoável disponibilidade para receber formação/informação sobre a CE e privilegiam o local de trabalho para esse efeito.

No seu conjunto, os dados permitem concluir por um défice de informação sobre a CE e apontam para a necessidade de reforçar a identidade europeia. É de salientar que este reforço da identidade não pode ser reduzido ao mero aumento de informação sobre a CE e o seu funcionamento, uma vez que a variação da informação e da identidade positiva apenas explicam reciprocamente cerca de 7%. A nosso ver, a componente dos valores de base deverá ser fortemente desenvolvida em toda a comunicação sobre a CE para reforçar a dimensão afectiva, dada a frequência com que este vector é referido pelos sujeitos e pela distintividade que confere à CE face aos outros dois pólos de desenvolvimento mundial.

Parece-nos, por outro lado, decisivo proceder a uma segmentação cuidada dos grupos-alvo de comunicação uma vez que os resultados demonstram que as bases da identidade e da representação sobre a CE são bastante diferenciadas. Vista a questão da comunicação sobre a CE à luz da problemática da identidade e das representações sociais, julgamos importante questionar se a sua eficácia deve ser avaliada pela quantidade de informação retida pelos indivíduos ou pelo grau de adesão à ideia de CE. Se valorizarmos a aquisição de informação, a comunicação deverá centrar-se em aspectos mais objectivos. Se, pelo contrário, a identidade for considerada a questão central, o problema deverá colocar-se no âmbito da comunicação persuasiva.